

PRAZER E SOFRIMENTO NO DESENVOLVIMENTO DO POLICIAMENTO OSTENSIVO NA CORPORAÇÃO DE FONTOURA (POLÍCIA MILITAR DO PARÁ – PMPA)

PLEASURE AND SUFFERING IN THE DEVELOPMENT OF OVERT POLICING IN THE FONTOURA CORPORATION (MILITARY POLICE OF PARÁ – PMPA)

Fabio Santos Maia¹

RESUMO: O trabalho policial militar é marcado por desafios que extrapolam o campo técnico e operacional, envolvendo intensas demandas emocionais e psicológicas decorrentes do contato direto com a violência, a hierarquia rígida e a responsabilidade social. Nesse contexto, compreender as vivências de prazer e sofrimento dos profissionais da Polícia Militar do Pará (PMPA) torna-se essencial para analisar os impactos subjetivos do policiamento ostensivo na saúde mental e no desempenho funcional dos agentes. Objetivou-se analisar as vivências de prazer e sofrimento no trabalho dos policiais militares no desenvolvimento do policiamento ostensivo da PMPA. Tratou-se de uma revisão bibliográfica de caráter qualitativo e descritivo, baseada em obras publicadas entre 2015 e 2025, consultadas nas bases SciELO e Google Acadêmico, abrangendo livros, artigos científicos e documentos institucionais sobre psicodinâmica do trabalho, saúde mental e organização policial. Os resultados apontaram que o prazer está associado ao sentimento de pertencimento, à vocação para servir e ao reconhecimento social, enquanto o sofrimento decorre de fatores como a sobrecarga emocional, a violência cotidiana, a falta de valorização e a precarização das condições laborais. Observou-se também que a coexistência dessas dimensões afeta diretamente a qualidade de vida e a saúde psíquica dos policiais, refletindo-se em suas relações pessoais e profissionais. Concluiu-se que compreender essa dualidade é fundamental para o desenvolvimento de políticas institucionais voltadas à promoção do bem-estar, à valorização do profissional e ao fortalecimento de programas de apoio psicossocial permanentes dentro das corporações militares.

6217

Palavras-chave: Polícia Militar. Prazer. Sofrimento. Saúde Mental. Policiamento Ostensivo.

ABSTRACT: Military police work is marked by challenges that go beyond the technical and operational field, involving intense emotional and psychological demands resulting from direct contact with violence, rigid hierarchy and social responsibility. In this context, understanding the experiences of pleasure and suffering of professionals from the Military Police of Pará (PMPA) becomes essential to analyze the subjective impacts of overt policing on the mental health and functional performance of agents. The objective was to analyze the experiences of pleasure and suffering in the work of military police officers in the development of the PMPA's overt policing. This was a qualitative and descriptive bibliographical review, based on works published between 2015 and 2025, consulted in the SciELO and Google Scholar databases, covering books, scientific articles and institutional documents on work psychodynamics, mental health and police organization. The results showed that pleasure is associated with the feeling of belonging, the vocation to serve and social recognition, while suffering arises from factors such as emotional overload, daily violence, lack of appreciation and precarious working conditions. It was also observed that the coexistence of these dimensions directly affects the quality of life and mental health of police officers, reflecting on their personal and professional relationships. It was concluded that understanding this duality is fundamental for the development of institutional policies aimed at promoting well-being, valuing professionals and strengthening permanent psychosocial support programs within military corporations.

Keywords: Military Police. Pleasure. Suffering. Mental health. Ostensive Policing.

¹ Bacharel em psicologia -IESPES- Instituto Esperança de Ensino Superior – Santarém PA. Pós-graduação Lato Sensu: Psicologia Escolar Educacional FAVENI.

I INTRODUÇÃO

A Polícia Militar do Pará (PMPA) é uma instituição essencial para a manutenção da ordem pública e da segurança social no estado, desempenhando um papel central no policiamento ostensivo e na prevenção de delitos. Sua atuação é pautada na visibilidade e na presença constante nas ruas, buscando garantir à população o direito à segurança e à tranquilidade cotidiana (MENDONÇA, 2021). Em contrapartida, o trabalho policial é marcado por uma complexa rede de responsabilidades, tensões emocionais e riscos constantes, que exigem do profissional uma elevada capacidade de enfrentamento psicológico e físico (MORILLAS; SANTOS; LIMA JUNIOR, 2023).

O exercício das atividades de policiamento ostensivo demanda dos militares disciplina, autocontrole e comprometimento com valores institucionais, muitas vezes em detrimento das próprias necessidades emocionais. A exposição frequente a situações de violência, criminalidade e pressão hierárquica pode gerar impactos significativos na saúde mental desses profissionais, revelando um cenário em que o prazer e o sofrimento coexistem na experiência de trabalho (WINTER; ALF, 2019). Assim, compreender as vivências subjetivas dos policiais militares no contexto da PMPA é fundamental para identificar os fatores que contribuem para o bem-estar ou para o adoecimento desses agentes públicos (EISENBERGER, 2017).

6218

A partir dessa perspectiva, emerge a questão central que orienta este estudo: como se manifestam o prazer e o sofrimento no desenvolvimento do policiamento ostensivo na PMPA?

A relevância desta pesquisa está ancorada em três dimensões complementares: social, profissional e científica. No âmbito social, compreender as condições emocionais e psicológicas que permeiam o cotidiano dos policiais militares corrobora para o fortalecimento das políticas de valorização e de saúde mental na segurança pública. Do ponto de vista profissional, o estudo favorece reflexões sobre as práticas institucionais, auxiliando na construção de estratégias preventivas voltadas à promoção do bem-estar e da qualidade de vida laboral. Já no campo científico, a pesquisa se insere no debate da psicodinâmica do trabalho, aprofundando a análise das relações entre subjetividade e organização laboral em contextos de risco e autoridade.

O objetivo geral é analisar as vivências de prazer e sofrimento no trabalho dos policiais militares no policiamento ostensivo da PMPA. Já os objetivos específicos são: identificar fatores geradores de prazer na rotina policial, descrever situações e contextos de sofrimento no exercício da função e averiguar as estratégias individuais e institucionais de enfrentamento desses sentimentos.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como uma revisão bibliográfica, de caráter qualitativo e descritivo, voltada à análise das vivências de prazer e sofrimento no desenvolvimento do policiamento ostensivo da Polícia Militar do Pará. A escolha por essa modalidade fundamenta-se na necessidade de reunir e interpretar o conhecimento científico já produzido sobre o tema, possibilitando uma compreensão ampliada das relações entre o trabalho policial, a subjetividade e a saúde mental.

Foram consultadas obras publicadas entre os anos de 2015 e 2025, abrangendo livros, artigos científicos e documentos institucionais disponíveis em bases de dados de acesso público, como SciELO e Google Acadêmico, que reúnem produções acadêmicas reconhecidas na área da Psicologia, Segurança Pública e Administração Militar.; Os critérios de seleção consideraram publicações que abordam especificamente temas como psicodinâmica do trabalho, prazer e sofrimento laboral, saúde mental de policiais e organização institucional da PMPA, com foco nas realidades regionais e nacionais.

A coleta e a análise dos dados bibliográficos seguiram uma abordagem interpretativa, voltada à identificação de padrões conceituais e recorrências temáticas. Dessa forma, as fontes foram examinadas criticamente, com ênfase em contribuições teóricas que permitem compreender a coexistência entre prazer e sofrimento no exercício da atividade policial e as estratégias de enfrentamento adotadas pelos profissionais da corporação.

6219

3 DESENVOLVIMENTO

3.1 A Psicodinâmica do Trabalho e os Conceitos de Prazer e Sofrimento

A Psicodinâmica do Trabalho surgiu na França, a partir das contribuições teóricas e empíricas do psiquiatra e psicanalista Christophe Dejours, que investigou as relações entre o trabalho, a subjetividade e a saúde mental. Essa abordagem emergiu como um desdobramento crítico da psicopatologia do trabalho, com o propósito de compreender o sentido subjetivo das experiências laborais e suas repercussões psíquicas (MARÇAL *et al.*, 2020). Ao contrário de perspectivas que analisavam o sofrimento apenas sob o prisma clínico, Dejours propôs uma visão dinâmica, em que o trabalho é entendido como espaço de criação, conflito e reconhecimento social.

Nas ciências humanas, o conceito de trabalho passou a ser associado não apenas à produção material, mas também à construção de identidade e à expressão subjetiva. Essa

evolução conceitual permitiu analisar como o indivíduo elabora sentidos e valores a partir da atividade laboral, e de que forma a organização do trabalho pode atuar como fonte de prazer ou sofrimento (EISENBERGER, 2017). Assim, a Psicodinâmica do Trabalho se consolidou como um campo interdisciplinar que articula contribuições da psicologia, sociologia, psicanálise e ergonomia, voltado para a compreensão das experiências humanas nas relações de produção e poder (PASSOS *et al.*, 2023).

No Brasil, a introdução da Psicodinâmica do Trabalho ocorreu a partir da década de 1990, com a difusão das obras de Dejours e a atuação de pesquisadoras como Ana Magnólia Mendes e Grazielle Amaral, que adaptaram a teoria às realidades laborais brasileiras, especialmente no serviço público e nas instituições de segurança (BRITO, 2020).

Não obstante, a Psicodinâmica do Trabalho entende que o trabalho é uma via de mediação entre o sujeito e o mundo, na qual se manifestam desejos, frustrações e possibilidades de realização. O indivíduo, ao desempenhar sua função, estabelece uma relação dialética com a organização, que pode tanto promover o equilíbrio psíquico quanto gerar adoecimento (WINTER; ALF, 2019). Tal relação é marcada pela constante negociação entre as exigências institucionais e as aspirações pessoais, fazendo do trabalho um espaço de construção identitária e de expressão da subjetividade (PASSOS *et al.*, 2023).

6220

As condições laborais exercem influência direta e profunda sobre a saúde mental dos trabalhadores, especialmente em atividades que demandam alta responsabilidade, exposição ao risco e constante vigilância emocional, como no caso da segurança pública (BRITO, 2020).

Quando o ambiente de trabalho oferece condições adequadas, reconhecimento e coerência entre o esforço individual e a retribuição simbólica e material, o trabalhador tende a vivenciar sentimentos de prazer, motivação e pertencimento. No entanto, quando há desequilíbrio entre o que se entrega e o que se recebe, surge o sofrimento psíquico. Nos contextos marcados por rigidez hierárquica, sobrecarga emocional e ausência de valorização institucional, os profissionais enfrentam situações de estresse contínuo, acompanhadas de sintomas como ansiedade, exaustão e conflitos éticos. Em tais circunstâncias, o trabalho, que deveria ser fonte de realização, torna-se um espaço de tensão e desgaste, comprometendo o bem-estar e a produtividade (MARÇAL *et al.*, 2020).

A organização do trabalho assume papel determinante na dinâmica psíquica dos indivíduos, pois é a partir dela que se definem os modos de interação, os limites de autonomia e as possibilidades de expressão subjetiva. Em profissões que envolvem risco físico e emocional, como a policial, essa relação torna-se ainda mais intensa (BRITO, 2020).

O policial militar vive sob a constante exigência de autocontrole, disciplina e cumprimento de ordens, o que pode limitar sua espontaneidade e gerar um sentimento de alienação em relação ao próprio trabalho. Quando as regras institucionais se sobrepõem à singularidade do sujeito e à sua capacidade de decisão, o prazer é substituído pelo sofrimento, e o sentido da atividade se perde. Dessa forma, compreender a saúde mental no trabalho exige reconhecer que o sofrimento não é apenas individual, mas estrutural, sendo produzido pelas formas de organização e controle impostas pelas instituições (EISENBERGER, 2017).

O reconhecimento simbólico e social desponta, nessa perspectiva, como um dos principais mediadores do bem-estar psíquico e da permanência saudável no trabalho. Para a psicodinâmica, ser reconhecido significa ver seu esforço validado, perceber-se útil e indispensável dentro do coletivo de trabalho. O reconhecimento cumpre função restauradora, pois transforma o sofrimento inevitável em energia criativa e sentido existencial. No contexto militar, essa necessidade adquire uma dimensão ainda maior: o sentimento de pertencimento à tropa, a confiança mútua e a lealdade entre colegas tornam-se elementos centrais para a sustentação emocional do grupo. A ausência de reconhecimento, por outro lado, rompe laços de solidariedade e alimenta sentimentos de invisibilidade e desmotivação, favorecendo o adoecimento psíquico (LEOPOLDINO; VALE, 2023).

6221

Ademais, é importante frisar que a saúde mental no trabalho não pode ser entendida apenas como ausência de sofrimento, mas como o resultado de um equilíbrio dinâmico entre prazer, cooperação e solidariedade. A existência de vínculos sociais positivos e de um sistema institucional que valorize o trabalhador são fatores fundamentais para transformar o espaço laboral em um ambiente de crescimento e realização (BRITO, 2020).

O fortalecimento de políticas organizacionais baseadas na escuta, na valorização profissional e no apoio mútuo permite que o trabalhador se reconheça como parte essencial do todo. Assim, promover saúde mental no trabalho é também promover justiça simbólica e dignidade nas relações laborais, condição indispensável para a construção de instituições mais humanas e saudáveis (PASSOS *et al.*, 2023).

O prazer no trabalho é compreendido, na perspectiva da Psicodinâmica, como a vivência subjetiva resultante da superação criativa das exigências da tarefa e do reconhecimento simbólico pelo esforço empreendido. Trata-se de uma experiência de realização pessoal e profissional que ocorre quando o trabalhador percebe sentido em sua atividade e reconhece que seu desempenho contribui para o bem coletivo (EISENBERGER, 2017). O prazer, portanto,

correlaciona-se ao sentimento de utilidade, de competência e de pertencimento, que reforçam a autoestima e a identidade do sujeito (QUEIROZ, 2019).

No contexto policial, o prazer manifesta-se, sobretudo, no cumprimento do dever e na percepção de que seu trabalho tem impacto positivo na sociedade. O reconhecimento da comunidade e da própria corporação funciona como fator de gratificação e motivação, capaz de sustentar o engajamento emocional diante das adversidades (BRITO, 2020). Concomitantemente, o sentimento de camaradagem e solidariedade entre colegas de farda constitui um importante elemento de prazer, pois oferece suporte afetivo e reforça o sentido coletivo da missão (MARÇAL *et al.*, 2020).

O prazer no trabalho também está vinculado à dimensão simbólica do reconhecimento institucional, que valida o esforço do trabalhador e legitima sua identidade profissional. Na PMPA, o orgulho de pertencer à corporação e o respeito à hierarquia podem ser vivenciados como fontes de satisfação, desde que não se transformem em mecanismos de opressão. Assim, o prazer no trabalho não é apenas uma resposta emocional positiva, mas o resultado de uma relação equilibrada entre as exigências do sistema organizacional e as aspirações subjetivas do policial (WINTER; ALF, 2019).

Na perspectiva da Psicodinâmica do Trabalho, o sofrimento é compreendido como a ruptura entre o desejo do trabalhador e a realidade imposta pela organização laboral, gerando um estado de tensão que desafia o equilíbrio psíquico do indivíduo (MARÇAL *et al.*, 2020). Quando o sujeito não encontra espaço para expressar sua criatividade, exercer autonomia ou ser reconhecido pelo esforço empreendido, o trabalho deixa de ser fonte de realização e passa a representar frustração, impotência e desgaste emocional (EISENBERGER, 2017). Essa discrepância entre o ideal de servir e as condições concretas de trabalho é especialmente visível no contexto militar, em que a hierarquia rígida e as normas disciplinares limitam a liberdade subjetiva e ampliam o risco de adoecimento (PASSOS *et al.*, 2023).

O sofrimento no trabalho policial também está relacionado ao medo, à violência simbólica e à sobrecarga emocional decorrentes da constante exposição ao perigo e da convivência com a morte. As situações de risco, o contato com a criminalidade e a pressão por resultados imediatos criam um ambiente de tensão permanente, no qual o medo e a ansiedade tornam-se companheiros invisíveis do cotidiano profissional (BRITO, 2020). Além disso, a necessidade de aparentar força e autocontrole diante da sociedade e dos superiores impede, por vezes, a verbalização do sofrimento, favorecendo o silenciamento das emoções e a naturalização da dor psíquica (WINTER; ALF, 2019).

A precarização das condições de trabalho, caracterizada por jornadas extensas, baixos salários e falta de suporte psicológico, intensifica o sofrimento e compromete a saúde mental dos policiais (SILVA, 2024). Na PMPA, assim como em outras corporações estaduais, a insuficiência de recursos materiais e humanos torna o trabalho ainda mais desafiador, exigindo do militar o cumprimento de múltiplas funções sob condições adversas (LEOPOLDINO; VALE, 2023). Diante desse cenário, o sofrimento ultrapassa o campo individual e se torna também um fenômeno organizacional, evidenciando a necessidade de políticas institucionais voltadas à prevenção e à promoção da saúde emocional dos agentes de segurança pública (QUEIROZ, 2019).

Para enfrentar o sofrimento inerente ao trabalho, os indivíduos desenvolvem mecanismos de defesa que têm como objetivo preservar o equilíbrio psíquico e possibilitar a continuidade da atividade laboral. Esses mecanismos podem ser individuais, como a negação da dor, a racionalização das situações de risco ou o uso da ironia para minimizar experiências traumáticas; e coletivos, quando compartilhados entre os membros do grupo profissional (MARÇAL *et al.*, 2020). No caso dos policiais militares, o humor e o companheirismo funcionam frequentemente como válvulas de escape que atenuam o impacto emocional de situações de violência e perigo (BRITO, 2020).

6223

A solidariedade entre colegas desempenha papel central na manutenção da saúde mental e na coesão grupal. O sentimento de pertencimento e a confiança mútua fortalecem os laços de apoio, permitindo que o sofrimento seja reconhecido e elaborado de forma simbólica e compartilhada (EISENBERGER, 2017). Essa rede de suporte é fundamental em profissões de risco, como a policial, em que o isolamento emocional pode intensificar o sofrimento e comprometer a capacidade de enfrentamento das adversidades (BRITO, 2020). Assim, a cooperação entre os pares torna-se um mecanismo de proteção contra o adoecimento e contribui para a reconstrução do sentido do trabalho mesmo em contextos de extrema pressão (QUEIROZ, 2019).

Contudo, as estratégias defensivas têm limites. Quando o sofrimento se torna crônico, ultrapassando a capacidade adaptativa do sujeito, as defesas deixam de ser eficazes e podem se transformar em fatores de risco para o desenvolvimento de transtornos psíquicos, como depressão e síndrome de burnout (WINTER; ALF, 2019). A ausência de espaços institucionais para o diálogo e o acolhimento emocional agrava o quadro, reforçando a necessidade de políticas públicas e programas de apoio psicossocial permanentes no âmbito da Polícia Militar do Pará. O reconhecimento do sofrimento e o incentivo à escuta são, portanto, medidas fundamentais

para transformar o trabalho em um espaço de ressignificação e não de adoecimento (MOURA, 2021).

3.2 O Trabalho Policial Militar e suas Especificidades

A profissão policial possui um caráter vocacional, disciplinar e hierárquico, o que a diferencia de outras atividades profissionais pela forte ligação entre dever, obediência e serviço público. O policial militar é moldado por uma formação que valoriza a ordem, a hierarquia e a lealdade institucional, elementos que estruturam não apenas a sua atuação, mas também sua identidade pessoal (MENDONÇA, 2021). O ingresso na carreira exige comprometimento ético e disposição para o enfrentamento de situações de risco, em um contexto em que a missão de proteger a sociedade se sobrepõe, muitas vezes, às próprias necessidades individuais (QUEIROZ, 2019).

Essa natureza vocacional se articula com uma dupla dimensão do trabalho policial: de um lado, o dever público de garantir a segurança e a paz social; de outro, o desgaste físico e psicológico decorrente da exposição contínua à violência e à imprevisibilidade do cotidiano (BRITO, 2020). O policial vive em constante tensão entre o ideal de servir e o impacto emocional que acompanha essa missão, o que reforça a complexidade subjetiva da profissão (EISENBERGER, 2017). Em muitos casos, essa contradição gera sentimentos de frustração e ambivalência, especialmente quando a realidade operacional não oferece as condições adequadas para o cumprimento do dever (MOURA, 2021).

6224

A imagem social do policial constitui outro aspecto central dessa discussão. Historicamente, o militar é visto de forma ambígua: ora como herói, defensor da ordem e protetor da sociedade; ora como alvo de críticas, associado ao uso da força e a práticas autoritárias (MOURA, 2021). Essa percepção dual reforça o conflito identitário vivido pelos policiais, que precisam conciliar a exigência de firmeza e autoridade com a humanização no trato com o cidadão. Em conformidade com Marçal *et al.* (2020), essa tensão entre reconhecimento e estigma social está diretamente relacionada às vivências de prazer e sofrimento no trabalho, uma vez que o orgulho pela farda pode ser ofuscado pela falta de valorização e pela desconfiança pública.

Ou seja, a natureza da profissão policial militar é marcada por um paradoxo constante entre missão e sacrifício, em que o compromisso com a segurança coletiva implica o enfrentamento de riscos e a renúncia de aspectos da própria vida pessoal, o que torna indispensável o olhar psicossocial sobre essa atividade (MARÇAL *et al.*, 2020).

O policiamento ostensivo constitui a função primordial da Polícia Militar, tendo como objetivo prevenir delitos e assegurar a manutenção da ordem pública por meio da presença visível do policial nas ruas (MENDONÇA, 2021). Essa função preventiva e dissuasória distingue o trabalho militar de outras modalidades de segurança, pois exige constante prontidão, disciplina e autocontrole emocional. O policial deve agir de forma técnica, ética e proporcional, mesmo em situações de grande tensão, equilibrando o uso da força com o respeito aos direitos humanos (PEREIRA, 2016).

A execução do policiamento ostensivo coloca o militar em exposição contínua ao perigo e à imprevisibilidade. Cada ocorrência envolve um grau variável de risco, que pode evoluir de uma simples abordagem a um confronto armado. Essa rotina imprevisível, somada à pressão social e midiática, cria um ambiente de vigilância constante sobre a atuação policial, intensificando o estresse e o sentimento de vulnerabilidade (MARÇAL *et al.*, 2020). O medo de errar e sofrer sanções disciplinares ou judiciais agrava o desgaste emocional e pode contribuir para o desenvolvimento de sofrimento psíquico (WINTER; ALF, 2019).

O cotidiano operacional da Polícia Militar do Pará (PMPA) é caracterizado por escalas exaustivas, plantões noturnos e trabalho sob clima de tensão permanente, o que compromete o descanso físico e mental dos profissionais (SILVA, 2024). As atividades de patrulhamento, rondas ostensivas e abordagens exigem atenção contínua, além de habilidades técnicas e relacionais para lidar com a população em diferentes contextos socioculturais (LEOPOLDINO; VALE, 2023). Muitas vezes, o militar precisa adaptar-se rapidamente a realidades adversas, atuando com poucos recursos e sob forte pressão hierárquica (MARÇAL *et al.*, 2020).

Essas condições reforçam a complexidade do policiamento ostensivo, que demanda dos policiais resiliência emocional, capacidade de decisão rápida e controle psicológico diante do risco constante. Como observa Morillas, Santos e Lima Junior (2023), a segurança pública contemporânea impõe desafios que transcendem a técnica, exigindo um olhar voltado à saúde mental e à qualidade de vida dos profissionais que estão na linha de frente. Assim, compreender as demandas do policiamento ostensivo é compreender também os limites humanos da função e a importância de políticas institucionais que preservem a dignidade e o equilíbrio emocional do policial (MARÇAL *et al.*, 2020).

O exercício da função policial militar envolve um conjunto de fatores psicossociais que impactam diretamente o bem-estar e a saúde mental dos profissionais. A rotina operacional, marcada por escalas prolongadas, plantões noturnos e contato frequente com situações de violência, constitui um dos principais fatores de estresse e ansiedade (MARÇAL *et al.*, 2020). A

constante vigilância, a responsabilidade pela vida de terceiros e o risco inerente às operações de rua exigem do policial autocontrole emocional e vigilância permanente, o que pode gerar sobrecarga física e psíquica ao longo do tempo (BRITO, 2020).

As relações de poder e subordinação, típicas da estrutura militar, também exercem forte influência sobre a subjetividade dos policiais. A rigidez hierárquica, necessária à manutenção da disciplina e da ordem, pode, contudo, resultar em conflitos internos e sentimentos de impotência, especialmente quando o subordinado não encontra espaço para expressar suas opiniões ou dificuldades (EISENBERGER, 2017). Essa dinâmica pode provocar isolamento emocional e afetar o senso de pertencimento, levando o profissional a internalizar frustrações e tensões sem canais institucionais adequados de acolhimento (LEOPOLDINO; VALE, 2023).

A gestão emocional em situações de risco e confronto é outro desafio recorrente no cotidiano da PMPA. O policial militar é treinado para agir com firmeza e rapidez em cenários críticos, nos quais decisões tomadas em segundos podem definir a preservação de vidas. Entretanto, essa exigência contínua de autocontrole pode gerar repressão emocional e desgaste psicológico, uma vez que o militar precisa equilibrar a força necessária para intervir com a sensibilidade para lidar com cidadãos em sofrimento (MOURA, 2021). Conforme ressaltam Morillas, Santos e Lima Junior (2023), o domínio técnico, embora essencial, não é suficiente: o manejo emocional é parte constitutiva da competência profissional e deve ser desenvolvido e amparado institucionalmente por meio de programas de apoio psicológico e educação emocional contínua.

A cultura institucional da PMPA é estruturada sobre princípios como hierarquia, disciplina, lealdade e honra, valores que orientam tanto a conduta profissional quanto as relações interpessoais dentro da corporação (QUEIROZ, 2019). Essa cultura elucida o ideal de servir com abnegação e comprometimento, consolidando uma identidade coletiva baseada no orgulho pela farda e no dever de proteger a sociedade. Todavia, tais valores, embora necessários à coesão e à eficácia operacional, podem também se tornar fontes de pressão psicológica quando interpretados de forma rígida e inflexível (SILVA, 2024).

Os ritos e símbolos militares, como a farda, as insígnias, os juramentos e as cerimônias, exercem papel central na construção do sentido de pertencimento à corporação. Esses elementos simbólicos reforçam o vínculo afetivo entre o policial e a instituição, funcionando como marcadores de identidade e de reconhecimento coletivo (EISENBERGER, 2017). A força desses símbolos é tamanha que muitos policiais veem na corporação não apenas um local de trabalho, mas um espaço de pertencimento social e familiar. Contudo, quando o reconhecimento

institucional é substituído pela cobrança excessiva, pelo autoritarismo ou pela falta de suporte emocional, o mesmo conjunto de valores pode se converter em fonte de sofrimento e desgaste subjetivo (BRITO, 2020).

As implicações psicológicas da cultura militar sobre a saúde mental dos policiais são amplamente reconhecidas na literatura. A exigência de autocontrole, virilidade e resistência ao medo contribui para o silenciamento das emoções e dificulta a busca por ajuda psicológica, perpetuando o sofrimento invisível dentro dos quartéis (LEOPOLDINO; VALE, 2023). Na PMPA, a existência de serviços psicossociais tem buscado romper esse paradigma, oferecendo espaços de escuta e acolhimento que valorizam o sujeito por trás da farda. Contudo, como observam Marçal *et al.* (2020), tais iniciativas ainda precisam ser ampliadas e incorporadas à rotina institucional de forma sistemática, a fim de equilibrar o compromisso disciplinar com o cuidado humano.

Deste modo, a cultura organizacional da PMPA se apresenta como um elemento ambíguo, haja vista que ao mesmo tempo em que fortalece a identidade coletiva e o senso de missão, também pode gerar sofrimento quando se sobrepõe às dimensões subjetivas do trabalho. O desafio contemporâneo, portanto, é promover uma cultura militar que valorize tanto o dever quanto a saúde mental de seus integrantes (LEOPOLDINO; VALE, 2023).

6227

3.3 Prazer e Sofrimento no Contexto da Segurança Pública

A literatura científica contemporânea tem evidenciado o crescente interesse pelo estudo da saúde mental dos profissionais de segurança pública, especialmente dos policiais militares, cuja rotina está permeada por fatores de risco psicossocial. As pesquisas apontam que o trabalho policial envolve exposição constante à violência, pressão hierárquica, sobrecarga emocional e falta de reconhecimento, configurando um cenário propício ao desenvolvimento de estresse ocupacional, síndrome de burnout e adoecimento mental (BRITO, 2020). Esses quadros contemplam o impacto das condições laborais sobre a subjetividade do trabalhador, conforme discutido pela Psicodinâmica do Trabalho, que enfatiza a influência da organização e do sentido atribuído à atividade sobre a saúde psíquica (MARÇAL *et al.*, 2020).

Estudos nacionais têm mostrado que o sofrimento psíquico é agravado por jornadas extensas, baixos salários e déficit de suporte institucional, o que compromete a qualidade de vida e a motivação profissional (EISENBERGER, 2017). A carência de programas de atenção psicossocial nas corporações policiais agrava o quadro, uma vez que a cultura militar tende a valorizar a resistência emocional e a silenciar as manifestações de fragilidade (WINTER; ALF,

2019). Na Região Norte, pesquisas como a de Marçal *et al.* (2020) evidenciam que as condições de trabalho, associadas a longas distâncias territoriais e à escassez de recursos, intensificam o desgaste físico e mental dos policiais, reforçando a necessidade de estratégias institucionais voltadas à promoção da saúde mental.

Apesar das adversidades, o exercício da função policial também proporciona experiências de prazer, relacionadas ao orgulho pela farda, à vocação para servir à sociedade e ao reconhecimento social (MARÇAL *et al.*, 2020). De acordo com Marçal *et al.* (2020), o prazer surge quando o policial percebe que sua atuação contribui para o bem-estar coletivo e que seu esforço é valorizado pela instituição e pela comunidade. Essa sensação de utilidade social reforça a identidade profissional e fortalece o sentimento de pertencimento à corporação.

O reconhecimento institucional e comunitário é um fator essencial de prazer e motivação. Quando o policial recebe apoio de seus superiores e da população, ele tende a construir um vínculo positivo com o trabalho e a enxergar sentido em sua missão (LEOPOLDINO; VALE, 2023). A solidariedade entre colegas de farda, por sua vez, constitui uma importante fonte de suporte emocional. O companheirismo, a confiança e o espírito de corpo fortalecem as relações interpessoais e funcionam como mecanismos de proteção psíquica diante das situações de risco (EISENBERGER, 2017). Como salienta Brito (2020), o prazer no trabalho policial está associado à realização do dever, ao sentimento de eficácia e à percepção de que o esforço é reconhecido, o que compensa parte das dificuldades enfrentadas no cotidiano operacional.

6228

O sofrimento no contexto da segurança pública emerge de uma complexa rede de fatores que envolvem tanto a organização do trabalho policial quanto a realidade social em que o profissional está inserido. A natureza da atividade exige que o policial atue em situações imprevisíveis, muitas vezes sob forte pressão, nas quais precisa tomar decisões que podem implicar riscos à sua integridade física e à de terceiros. Essa conjuntura, marcada pela tensão constante e pela responsabilidade moral diante da sociedade, produz efeitos profundos sobre a subjetividade do trabalhador. O cotidiano da segurança pública impõe uma convivência permanente com a violência e com a necessidade de agir de forma racional em meio ao caos, o que demanda um equilíbrio psíquico nem sempre sustentável a longo prazo (MOURA, 2021).

Entre os fatores mais críticos, destacam-se os conflitos entre o dever profissional e os valores pessoais, que geram dilemas éticos e emocionais de difícil resolução. O policial militar é formado sob os princípios da obediência e da legalidade, mas muitas vezes se depara com situações em que a aplicação da força entra em choque com seus próprios ideais de justiça e humanidade. Essa contradição entre a norma institucional e a consciência individual provoca

sofrimento moral, manifestando-se no sentimento de culpa, angústia e impotência diante da complexidade das situações vivenciadas. Além disso, o medo de errar e de sofrer sanções disciplinares amplia o peso emocional da decisão, transformando o cotidiano profissional em um campo de constante tensão interior (MARÇAL *et al.*, 2020).

Outro componente relevante na construção do sofrimento é a violência urbana, que coloca o policial em contato direto com a criminalidade, a morte e a dor alheia. A exposição prolongada a cenários violentos leva à dessensibilização emocional e, em muitos casos, ao desenvolvimento de traumas psíquicos que comprometem o equilíbrio mental e a capacidade de empatia. O enfrentamento cotidiano de ameaças e o risco de perda de colegas em serviço produzem um estado de vigilância contínua, exigindo do profissional um autocontrole extremo e, ao mesmo tempo, inibindo a expressão de suas fragilidades. Essa necessidade de manter uma postura de força e invulnerabilidade acaba por reforçar o isolamento emocional e dificultar o reconhecimento do sofrimento como parte legítima da experiência laboral (BRITO, 2020).

O esforço de manter o controle emocional em meio ao caos urbano e às deficiências estruturais das corporações intensifica o desgaste físico e psíquico. A falta de recursos adequados para o desempenho das atividades, somada à cobrança por resultados imediatos, alimenta um sentimento de impotência e frustração. O policial, ao perceber que sua atuação é limitada pelas condições materiais e pelas políticas públicas insuficientes, vivencia o trabalho como um espaço de descompasso entre o ideal e a realidade, o que agrava o sofrimento subjetivo. A repetição desse cenário ao longo do tempo pode gerar desânimo, apatia e até sintomas de adoecimento mental, evidenciando o impacto direto da precarização institucional sobre a saúde do trabalhador da segurança pública (WINTER; ALF, 2019).

Somam-se a esses aspectos as condições socioeconômicas desfavoráveis, como baixos salários, longas jornadas e carência de reconhecimento profissional. Esses fatores geram uma sensação de injustiça e desvalorização, comprometendo o sentimento de pertencimento e o engajamento com a corporação. A discrepância entre as responsabilidades atribuídas ao policial e a retribuição recebida pelo seu esforço reforça a percepção de desamparo e reduz o vínculo afetivo com a instituição. A ausência de políticas eficazes de valorização e de suporte psicológico amplia o sofrimento e contribui para a deterioração da saúde mental e das relações interpessoais dentro das corporações militares (SILVA, 2024).

No contexto da PMPA, esses fatores se somam às dificuldades logísticas e à carência de infraestrutura, ampliando o sofrimento e reduzindo a capacidade de enfrentamento individual e coletivo (LEOPOLDINO; VALE, 2023). Sendo assim, o sofrimento no trabalho policial não

decorre apenas das situações de risco, mas também das contradições organizacionais e das condições precárias de trabalho, que comprometem o reconhecimento e a dignidade do profissional (MARÇAL *et al.*, 2020).

As vivências de prazer e sofrimento no ambiente de trabalho refletem-se diretamente na vida pessoal e familiar dos policiais militares, repercutindo em seu comportamento, humor e relacionamentos. A dificuldade de separar a vida profissional da vida privada é um desafio constante, já que o militar permanece em estado de alerta mesmo fora do serviço (EISENBERGER, 2017). Essa condição gera sobrecarga emocional e interfere na convivência familiar, uma vez que o policial, muitas vezes, evita compartilhar suas experiências com familiares para poupá-los das tensões do trabalho (MARÇAL *et al.*, 2020).

A sobrecarga emocional pode manifestar-se em irritabilidade, distúrbios do sono, fadiga e distanciamento afetivo. Estudos indicam que as demandas psicológicas acumuladas no serviço acabam se estendendo ao ambiente doméstico, provocando conflitos conjugais e dificuldades de comunicação (BRITO, 2020). O medo constante e o estresse prolongado também favorecem o desenvolvimento de ansiedade, depressão e comportamentos defensivos, como isolamento e uso de substâncias para aliviar a tensão (WINTER; ALF, 2019).

Essas repercussões demonstram que o sofrimento policial ultrapassa o espaço institucional e atinge as dimensões mais íntimas da vida, exigindo atenção não apenas das corporações, mas também das políticas públicas voltadas à família e à saúde mental dos servidores da segurança pública (LEOPOLDINO; VALE, 2023).

Diante do cenário de vulnerabilidade emocional identificado nas pesquisas, torna-se essencial que as corporações militares implementem estratégias institucionais de apoio psicológico e promoção da saúde mental. Programas de acompanhamento psicossocial, capacitação emocional e escuta ativa são apontados como ferramentas fundamentais para reduzir o impacto do sofrimento e fortalecer o vínculo entre o profissional e a instituição (LEOPOLDINO; VALE, 2023).

Nos últimos anos, diversas polícias estaduais brasileiras vêm implementando iniciativas inovadoras voltadas ao cuidado emocional e à saúde mental de seus profissionais. Entre as principais estratégias destacam-se o atendimento psicossocial de rotina, a criação de núcleos especializados de saúde mental e a capacitação de gestores para identificar sinais precoces de adoecimento psíquico. Essas ações buscam romper com o modelo tradicional de gestão militar, introduzindo uma visão mais humanizada e preventiva no acompanhamento dos servidores. A inserção de psicólogos, assistentes sociais e outros profissionais da área da saúde nas corporações

representa um avanço significativo na construção de um ambiente institucional mais acolhedor e sensível às demandas subjetivas dos policiais (MARÇAL *et al.*, 2020).

No âmbito da Polícia Militar do Pará (PMPA), experiências recentes indicam progressos expressivos na estruturação de práticas voltadas ao bem-estar dos militares. O fortalecimento dos setores de Psicologia e Serviço Social, que há mais de três décadas atuam de forma integrada na promoção da saúde mental, tem possibilitado a criação de espaços de escuta e acolhimento, fundamentais para a elaboração das vivências de sofrimento. Essas ações refletem um esforço institucional de reconhecer o policial como um sujeito integral, cujas emoções, limitações e vulnerabilidades também fazem parte da experiência profissional. O reconhecimento da importância desses serviços dentro da PMPA marca uma transição de paradigma, aproximando a corporação de uma lógica organizacional mais comprometida com o cuidado e a valorização do ser humano (LEOPOLDINO; VALE, 2023).

Apesar desses avanços, a efetividade das ações de suporte psicológico ainda depende de transformações mais profundas na cultura organizacional das instituições militares. Persistem, em muitos quartéis, estigmas e preconceitos associados à busca por ajuda psicológica, frequentemente interpretada como sinal de fraqueza ou incapacidade para o exercício da função policial (BRITO, 2020).

6231

Essa visão tradicional reforça a ideia de que o militar deve ser inabalável, impedindo que muitos profissionais procurem o apoio necessário diante do sofrimento. Para superar esse cenário, é indispensável promover uma mudança cultural que reconheça o cuidado com a saúde mental como elemento de força e de eficiência, e não de vulnerabilidade. Assim, a construção de um ambiente institucional pautado no respeito, na escuta e na valorização humana torna-se um passo essencial para a consolidação de políticas efetivas de prevenção e promoção da saúde psíquica (WINTER; ALF, 2019).

Nesse enfoque, as estratégias institucionais voltadas ao cuidado psicológico não devem ser vistas apenas como medidas reativas diante do adoecimento, mas como instrumentos de transformação e fortalecimento identitário. Ao valorizar o sujeito por trás da farda, a corporação contribui para a criação de um ambiente de trabalho mais equilibrado, capaz de integrar as dimensões técnica, ética e emocional da prática policial. Quando o cuidado se torna parte da cultura organizacional, ele não apenas reduz os índices de sofrimento, mas também fortalece o sentimento de pertencimento e a dignidade profissional. Portanto, investir em políticas permanentes de apoio psicossocial significa investir na humanização da segurança pública,

promovendo não só a saúde mental, mas também a eficiência e a coesão das corporações militares (MARÇAL *et al.*, 2020).

CONCLUSÃO

Compreender o impacto subjetivo do trabalho policial é elementar para reconhecer que a atuação do policial militar ultrapassa o cumprimento técnico de ordens e normas. Trata-se de uma atividade que envolve profundas implicações emocionais e psicológicas, nas quais o profissional se vê constantemente diante de dilemas éticos, pressões institucionais e exigências sociais. A análise das vivências de prazer e sofrimento no contexto do policiamento ostensivo permite revelar as dimensões humanas por trás da farda e a complexidade de um trabalho que exige coragem, autocontrole e resiliência.

O estudo evidencia que prazer e sofrimento coexistem como dimensões complementares da experiência policial. O prazer surge do sentimento de dever cumprido, do reconhecimento institucional e do orgulho de servir à sociedade. Já o sofrimento se manifesta nas condições adversas de trabalho, na falta de valorização e no impacto emocional causado pela exposição constante ao risco e à violência. Essa dualidade é intrínseca à profissão e influencia diretamente a saúde mental, o desempenho e as relações pessoais dos policiais militares.

6232

Diante desse panorama, torna-se imprescindível o fortalecimento de políticas institucionais de apoio psicossocial, valorização profissional e melhoria das condições de trabalho. A criação de programas permanentes de acompanhamento psicológico, capacitação emocional e gestão participativa pode contribuir para a promoção da saúde mental e para a construção de uma cultura organizacional mais humana e solidária. Além disso, é necessário investir na sensibilização de gestores e na formação continuada, de modo que o cuidado com o sujeito se torne parte integrante da missão de segurança pública.

Por conseguinte, recomenda-se o desenvolvimento de futuras pesquisas empíricas que aprofundem o estudo das relações entre subjetividade e trabalho policial em diferentes contextos regionais e hierárquicos. A ampliação desses estudos poderá oferecer meios para a formulação de políticas públicas mais eficazes e para o fortalecimento das instituições de segurança, com foco na dignidade, no reconhecimento e no bem-estar dos profissionais que dedicam suas vidas à proteção da sociedade.

REFERÊNCIAS

BRITO, Higor Pontes Pinto. **Sofrimento psíquico em policiais militares: um estudo de revisão.** 2020. Disponível em: https://www.academia.edu/download/87385957/ve_Higor_Brito_ENSP_2020.pdf. Acesso em: 25 out. 2025.

EISENBERGER, Cíntia Maria Rech. **O ser humano por trás da farda: análise do prazer e sofrimento no trabalho de policiais da Brigada Militar de um município da região do Vale do Rio Pardo.** 2017. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/2016/1/C%C3%ADntia%20Maria%20Rech%20Eisenberger.pdf>. Acesso em: 31 out. 2025.

LEOPOLDINO, Ana Carolina Bezerra; VALE, Jesiane Calderaro Costa. **Saúde mental e o fazer psicossocial”: 30 anos da psicologia e serviço social na ‘Corporação de Fontoura.** Periódico Científico PMPA EM REVISTA, v. 2, n. 4, p. 10-26, 2023. Disponível em: <https://periodicos.pm.pa.gov.br/index.php/pmpaemrevista/article/download/181/124>. Acesso em: 27 out. 2025.

MARÇAL, Hanna Izabel Ferreira *et al.* **Vivências de prazer-sofrimento na organização do trabalho dos policiais militares da Região Norte.** Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, v. 23, n. 2, p. 203-217, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpst/article/download/168793/167319>. Acesso em: 31 out. 2025.

MENDONÇA, Luiz Tobias Rodrigues. **Gestão estratégica no comando policial: a função do policiamento ostensivo.** Autografia, 2021. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=IugbEQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT3&dq=Prazer+e+Sofrimento+no+Desenvolvimento+do+Policiamento+Ostensivo&ots=IZDvyoJ7Ls&sig=WFniezskrUoDZNgIbwprkFefNcQ>. Acesso em: 26 out. 2025.

6233

MORILLAS, Juan Pablo Moraes; SANTOS, Ailton Luiz dos; LIMA JUNIOR, Agnelo Batista de. **Desafios e Perspectivas da Segurança e Justiça no Brasil Contemporâneo.** AYA Editora, 2023. Disponível em: <https://ayaeditora.com.br/livros/L513.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2025.

MOURA, Augusto Neves de. **O excesso nas abordagens da polícia ostensiva: a seletividade pela arbitrariedade como mecanismo de manutenção da violência social.** 2021. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/2122/1/TC2%20Trabalho%20Augusto%202021.pdf>. Acesso em: 20 out. 2025.

PASSOS, Sônia da Costa *et al.* **Violência x formação policial: percepção dos policiais sobre relações de poder presentes no cotidiano de formação, no período de junho de 2014 a dezembro de 2015.** Observatório de la Economía Latinoamericana, v. 21, n. 9, p. 13884-13906, 2023. Disponível em: <https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/download/1229/1025>. Acesso em: 04 nov. 2025.

PEREIRA, Mariana Leite. **O desafio do policiamento em um Estado Democrático de Direito.** 2016. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/25511/1/2016_tcc_mlpereira.pdf. Acesso em: 23 out. 2025.

QUEIROZ, Gustavo Ferreira de. **Família e honra: recrutamento e mobilidade social na Polícia Militar do Pará.** 2019. Universidade de São Paulo. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde29072019152427/publico/2018_GustavoFerreiraDeQueiroz_VCorr.pdf. Acesso em: 02 nov. 2025.

SILVA, Laressa Francielle Obregon da. **Força e honra: considerações acerca das condições de trabalho fornecidas pelo Estado, no exercício da atividade de policial militar, e seus reflexos no policiamento ostensivo.** 2024. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/289695/001243615.pdf?sequence=1>. Acesso em: 05 nov. 2025.

WINTER, Lilian Ester; ALF, Alexandra Machado. **A profissão do policial militar: vivências de prazer e sofrimento no trabalho.** Revista Psicologia Organizações e Trabalho, v. 19, n. 3, p. 671-678, 2019. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1984-66572019000300005&script=sci_arttext. Acesso em: 03 nov. 2025.